

Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña
(Coordinadores)

LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

Atena
Editora
Año 2022

Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña
(Coordinadores)

LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Las determinaciones territoriales y el discurso de la sustentabilidad

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Roque Juan Carrasco Aquino
Fermín Carreño Meléndez
David Iglesias Piña

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D479 Las determinaciones territoriales y el discurso de la sustentabilidad / Organizadores Roque Juan Carrasco Aquino, Fermín Carreño Meléndez, David Iglesias Piña – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acceso: World Wide Web

Inclui bibliografía

ISBN 978-65-258-0520-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.207220109>

1. Sustentabilidad. 2. Territoriales. I. Aquino, Roque Juan Carrasco (Organizador). II. Meléndez, Fermín Carreño (Organizador). III. Piña, David Iglesias (Organizador). IV. Título.

CDD 363.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PRÓLOGO

El territorio como pieza importante en un contexto de transformación; está determinado por la sociedad. Conscientes de la construcción social de los espacios físico-espaciales, basados correlativamente de sus interrelaciones sociales, económicas, políticas, espaciales, culturales y socioambientales expresan sus dinámicas en la apropiación desigual. Este es el territorio constituido por las fuerzas socioeconómicas en concomitancia a partir de un proceso en construcción dinámico. Históricamente es un “soporte material” construido por las fuerzas sociales existentes en las comunidades.

En este escenario de luchas, apropiaciones y despojo por parte del capital en su tendencia hacia mayor acumulación, los territorios con más dinanismos de apropiación por la vía estructuran el territorio sobre la base en lo jurídico-político como instancia que el Estado y las relaciones dominantes permiten su privatización. De manera que, en los términos de un objeto pensado como una mercancía en los espacios de la especulación; el territorio del presente es un objeto inanimado que por su esencia misma es más por lo físico-espacial, es una concentración de elementos depositados de manera natural entre factores de atracción por el capital. De esta manera, lo que vemos como territorio geográfico es una apariencia formalizada por la concepción mercantilizada. No obstante, en la esencia misma del territorio sus propiedades sustanciales concentradoras de materias primas: minerales, energéticos, agua, en suma, la biodiversidad, es el alma de cada comunidad en disputa.

Por ello, las luchas comunitarias pro la defensa de sus recursos se vuelve un botín para el capital. Las comunidades del presente tienden hacia movilizaciones constantes; buscan defender sus herencias culturales, étnicas; así como propiedades físico naturales y las interrelaciones tangibles e intangibles proporcionadas socialmente y otorgadas por la naturaleza en constante transformación. Bajo esta perspectiva, es importante destacar tres elementos que denotan la defensa de sus propiedades naturales y humanas: primero, la naturaleza como elemento fundamental proveedora del soporte material entregado a la sociedad como valor de uso.

En este sentido, Instancia aún perseverante para las comunidades en su autodeterminación socialmente incluyente. Segundo, las determinaciones materiales, en tanto manifestaciones hechas por la acumulación capitalista, se interrelaciona sobre el territorio y sus especificidades; por supuesto, están en procesos de expropiación por el capital; en tanto, es un retroceso de parte de las comunidades; de modo que, de continuar despojándose por la invasión extranjera en lo fundamental, provocarán un agotamiento de los recursos y el desplazamiento de los habitantes; por ello, la autodefensa del territorio y sus

recursos serán vitales en estos momentos y; tercero, sobre la base de la mercantilización de los espacios con abundante agua, minerales, energéticos y biodiversidad, ahora, con un salto cuantitativo de un valor de uso dotada por la naturaleza, convertido en valor de cambio para el mercado especulativo de materias primas. Por ello, es importante delimitar hasta donde se puede hablar de un territorio socialmente para las comunidades y su defensa por ellas mismas.

En estas condiciones, no basta con defender teóricamente las vicisitudes de los territorios constituidos socialmente; sino de qué forma deben ser instrumentos de reproducción socialmente sin imponer la hegemonía del capital para su acumulación diferenciada. Ese es el reto de las investigaciones de momento. Asimismo, se convierten y tomen un papel activo en plantear alternativas. Estas demandas sociales deben retomarse porque a partir de la academia se retomen. De esta manera, estas y otras formas de interiorizar cada problema, se buscarán precisar herramientas metodológicas que deben ser los instrumentales de la sociedad y/o de las comunidades en la autodefensa y autogestión incorporando a las generaciones venideras y, desde luego, para el presente. De esta manera, la idea de la sustentabilidad para la autodefensa de los recursos naturales y humanos van más allá de la simple defensa del espacio físico; sin la inclusión y la teorización del sujeto en invariable movimiento, las comunidades serán siempre vistas como espacios del mercado y un instrumento de reproducción mercantilizado. Por ello, tanto el territorio como la sustentabilidad están en un mismo escenario de contradicciones y con posibilidades de retroceder los procesos de preservación para las comunidades.

Ciudad de México, invierno de 2021.

Hena Andrés Calderón

Docente e investigadora del ESIME-Ticomán del IPN

INTRODUCCIÓN

Las tendencias actuales sobre la comprensión del territorio y sus vicisitudes, es una premisa necesaria para analizar. Las formas de apropiación, del despojo, de su privatización, así como de su gestión por parte de las comunidades, están cada vez más en disputas y en transición hacia nuevas formas de posesión. De manera que., el territorio en estos momentos presenta variabilidades de sus procesos en desarrollo o de sus expresiones como un soporte material para la reproducción de la sociedad, del capital, de las interrelaciones socioambientales y de la preservación de los recursos naturales y humanos; desde luego de forma diferenciada. El territorio entonces es al mismo tiempo un sustrato de la sociedad, pero, de la misma manera, es una entidad necesaria para la reproducción del capital y de la sociedad. No obstante, consideramos que, el capital se apropia de los recursos en detrimento de las necesidades de la sociedad.

De este modo, a la sazón, el presente volumen intentará plantear algunas ideas sobre el porqué el territorio y sus manifestaciones físico-geográficos presentan contradicciones que lo determinan como un elemento importante del presente. No solamente para las comunidades, sino para los distintos agentes socioeconómicos que intervienen en su quehacer cotidiano. Más que de las aparentes expresiones las inversiones privadas se dirigen hacia los recursos matules que almacena en su superficie como en el subsuelo. De modo que, la riqueza del territorio no es solo un factor físico o geográfico, sino, su valor está en su contenedor de materias primas necesarias para la acumulación capitalista. Esas es la verdadera esencia del territorio y no exclusivamente para vivirla o el sueño de tener un espacio de reproducción.

Los trabajos aquí expuestos son parte de un proceso de caracterización de las fases en transición territorial como de las interrelaciones entre campo y ciudad. Sobre todo, lo que hoy día se vive en las ciudades y sus tendencias de crecimiento y no de su desarrollo. Planteamos esta visión de las vicisitudes en cuanto a la segregación de las metrópolis como de sus espacios en transformación. Por supuesto, obliga a analizar sus determinaciones socioespaciales. De esta manera entonces, el territorio y sus manifestaciones concretas en su territorialidad hechas por un desdoblamiento de sus especificidades, conducen necesariamente a estudiar el pasado, su presente y alcanza r posibilidades de compersión hacia un futuro a un mediano plazo. Es por ello por lo que, la dirección que lleva el ámbito físico-geográfico de cada lugar, consolida el desarrollo histórico de cada sociedad; así como de su estructura económica, política, social, espacial, cultural e ideológico en periodos determinados en cada acción y traza conformada por los regímenes de la clase política. Es

esta la que en función de los convenios entre el capital y la especulación territorial los que imponen precios a los usos del suelo.

En este volumen hemos compilado investigaciones de carácter analíticos con la finalidad de mantener una visión de las tendencias del territorio y sus dinámicas de conformación. En este sentido, el primer capítulo expone de manera inductiva basado en su expresión titulado “**procesos espaciales del territorio y las especificidades socioambientales en las ciudades**”. “En las primeras décadas del siglo pasado se marcaron territorialmente algunas redefiniciones sobre las trasformaciones en los usos del suelo. Estas modificaciones se expresaron fundamentalmente en relación con cada espacio dentro de las ciudades. En las grandes y medianas ciudades del México, observamos cómo sus dinámicas entre lo rural y lo urbano, afloran constantemente una serie de fenómenos sociales, económicos, políticos, culturales y espaciales provocando cambios en el territorio manifestados históricamente; por lo cual encontramos realidades diferenciadas. Este es el caso de las ciudades latinoamericanas que expresan sus formas y dinámicas de apropiaciones y de emplazamientos sobre terrenos públicos y/o privados”. Nos presenta las pautas para comprender hacia dónde se dirigen las nuevas formas de constitución del territorio en el contexto de la sustentabilidad en el marco de la insustentabilidad. Es un punto de partida que nos aproxima a entender cada proceso territorial y la concatenación de recapitulaciones existentes en su reproducción como mecanismo socialmente determinado por la sociedad.

De este modo, en el segundo capítulo: “**Los retos de la sustentabilidad y el discurso como ideología del ambientalismo**” se plantea por parte de los autores que, “la construcción de los retos de la sustentabilidad en el marco del discurso ideológico del ambientalismo propuesta esencial del libro que nos ocupa, tiene como punto de partida exponer y esclarecer las leyes que rigen el modo de producción de una economía de mercado capitalista en el marco del materialismo histórico. Así mismo, conlleva las múltiples dificultades y serios conflictos de organización de la sustentabilidad que tiene la humanidad en la actualidad, tanto de índole regional como a nivel planetario”. Se interioriza cada expresión de sus contradicciones en el mercado especulativo socioespacial. De este modo entonces, se indaga en sus estudios la lógica del capitalismo en el proceso de apropiación del territorio.

No obstante, para el tercer capítulo de este volumen se expone un análisis histórico de la economía centroamericana y sus estructuras productivas, es decir, desde la época colonial hasta las postrimerías de la aplicación de las políticas neoliberales en América Latina. En esta tesitura de hechos el título que expone a partir de un desarrollo comparando las vicisitudes Centro América nos delinean elementos importantes en este

escenario territorial: “La forma que asume contemporáneamente la organización espacial en América Central y México como una red de nodos, zonas económicamente activas y vínculos espaciales representa un ejemplo de un largo proceso de la expansión de actividades económicas y de la población hacia las tierras con abundantes recursos y posibilidades. Naturalmente, la estructura espacial de la economía actual está influenciada además por la globalización, con una creciente competencia por el acceso a los recursos (ya sean minerales, paisajistas, culturales o agrícolas)”. Sobre este proceso importante de las actividades socioeconómicas: de modo que, el territorio es una expresión dinámica de las relaciones sociales de reproducción. Por ello, es imprescindible retomar parte de los acontecimientos históricos concatenados con la dialéctica de la objetividad socioeconómica con las que emergen las transformaciones territoriales. En tanto, el desarrollo como formas en transición constantes de cada sociedad.

En cuanto al capítulo cuarto de esta compilación, fue necesario interrelacionar acontecimientos recientes y hechos manifiestos en la cotidianidad recientes. Lo que implica retomar las preocupaciones que exterioriza la sociedad, sus vínculos, sus vivencias y las vicisitudes socio ambientales en el periodo reciente. De modo entonces, al territorio considerado como la construcción es una determinación de tres fuentes importantes a saber: primero, como una expresión histórica que presenta sus propias contradicciones; incluso, van más allá de lo físico-espacial; es una manera de vivir, compartir, transformar y segmentar los territorios. Esto puede significar una lógica de manifestaciones coyunturales; por ello, decimos, la realidad en cuanto es el todo; más que sus partes de la totalidad son ellas en concatenación de la unicidad; segundo, lo que hoy vivimos en estos tiempos del presente, son argumentaciones diferenciadas lo que impone el actual modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de la naturaleza, los recursos o materias primas en cuanto a energéticos como el consumo ingente de residuos fósiles. Por ello, deseamos caracterizar sus elementos y; tercero, comprendemos que, el presente vivencial de la sociedad ha sido trastocado por el virus del SARS-CoV-2 (COVID-19). En el presente es la pandemia que azota el mundo y sus impactos negativos han afectado a aún más a las grandes mayorías de los pueblos. De esta manera, no estamos ausentes de lo que está sucediendo con la salud y de los fenómenos socioambientales en el territorio. Incorporamos un análisis pormenorizado de una visión interesante con el título: “Los retos en la gestión del suministro de agua potable en la Zona Metropolitana del Valle de México en tiempos de COVID-19”. Basado en el estudio que, “A fines del año 2019, surgió la enfermedad respiratoria aguda de la COVID-19. Por esta razón, es menester contar con un suministro de agua potable y asegurar el saneamiento porque las prácticas de higiene coadyuvan a la prevención de la transmisión de esta enfermedad (World Health Organization, 2020 b). La COVID-19 está

acentuando las desigualdades, las dificultades y los riesgos para la salud que implican un fracaso colectivo en la defensa del derecho humano al agua y al saneamiento. En muchas comunidades de todo el mundo, la falta de suministro de agua y saneamiento priva a las personas de sus protecciones más básicas contra la propagación del virus (Sadoff & Smith, 2020). Demuestra entonces una aportación de los autores para identificar que, el territorio es moldeable a la realidad global.

El capítulo cinco de este libro, fue necesario retomar algunas ideas entorno a qué hacer con el territorio devastado, segregado, privatizado y desestructurado por parte del capital financiero, bancario, inmobiliario en lo fundamental. He ahí, la importancia que reviste la idea de la planificación del territorio, sus dinámicas frente a la realidad estructurada sobre la base de la acumulación del capital. Sin embargo, no ha permitido enfocar una alternativa sobre la base de reivindicar a los protagonistas de las ciudades, de las metrópolis y de la sociedad en su conjunto para retomar su papel histórico. En este sentido de consumir y reconstruir el territorio por la sociedad y sus formas de reproducción. De este modo entonces, tenemos en este capítulo la “Planeación territorial y desarrollo regional en el sureste de México”. Se enfocan los estudios hacia el sureste de México; basado en las demandas de la sociedad y los pueblos carentes de todo proceso de la llamada “modernidad”. De manera que, son pueblos necesarios para integrarse para el análisis y de sus interrelaciones en el mundo de las cosmovisiones culturales, económicos, políticas, espaciales e ideológicas.

Una tendencia a las convulsiones emergentes en los territorios; es decir, como un proceso intenso de vertientes socioespaciales; además, de complejos necesita de la participación social, incluyendo las perspectivas comunitarias. Sobre esta tendencia, es imprescindible la inclusión de las comunidades para intervenir en la toma de decisiones y reconstruir su reproducción. Al tiempo, cabe mencionar en este capítulo que se presenta como un puente necesario para la comprensión de la planificación, las transformaciones socioespaciales y las vicisitudes enfrentadas por parte de los pueblos. De manera explícita se plantea esta idea: “El desarrollo de las regiones está intrínsecamente ligado a los cometidos esenciales de la planeación territorial que implica la mejora de las condiciones sociales y ambientales de sus habitantes, sin embargo, si no se traduce en realidades concretas requiere de su revisión crítica a partir de las contradicciones del proceso de urbanización y modernización capitalista de las diferentes formaciones sociales entre lo rural, urbano y metropolitano. Desigualdad estructural al modelo imperante basado en los contrastes entre regiones, donde unas se benefician a costa de precarizar a otras. En México la relación de planeación y desarrollo se manifiesta con esta disparidad interregional e intrarregional en condiciones de vida, deterioro y depredación de los recursos naturales

con el modelo imperante fosilista, que no solo aleja la posibilidad de alcanzar los objetivos del desarrollo con esta vertiente, sino que pone en serio riesgo los límites de la estabilidad social y acerca a un irreversible peligro de desaparición de los ecosistemas con graves consecuencias”. Un esbozo de aproximación considerando como el reto de la planificación y su correlación en lo social, político, económicos, espacial, cultural e ideológico. Es por lo que, la discusión del presente en este escenario queda abierta a posibles incursiones necesarias en la actualidad.

Ciudad de México, verano de 2021.

Roque Juan Carrasco Aquino

Fermín Carreño Meléndez

Hena Andrés Calderón

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROCESOS ESPACIALES DEL TERRITORIO Y LAS ESPECIFICIDADES SOCIOAMBIENTALES EN LAS CIUDADES

Roque Juan Carrasco Aquino

Hena Andrés Calderón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201091>


CAPÍTULO 2..... 31

LA SUSTENTABILIDAD URBANA

Fermín Carreño Meléndez

David Iglesias Piña

Luis Alberto Olin Fabela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201092>


CAPÍTULO 3..... 74

LOS RETOS DE LA SUSTENTABILIDAD Y EL DISCURSO COMO IDEOLOGÍA DEL AMBIENTALISMO

ENLACE DE LA ECONOMÍA POLÍTICA CON LAS CIENCIAS SOCIALES, NATURALES, EL AMBIENTALISMO Y LA ACADEMIA

Rubén Cantú Chapa

Ydelio Miguel Valencia Ortega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201093>

CAPÍTULO 4..... 93

ASPECTOS HISTÓRICO-ESPACIALES DE LA FORMACIÓN DEL MODELO DE LA EXPANSIÓN ECONÓMICO-SOCIAL. EL CASO DE MÉXICO Y AMÉRICA CENTRAL

Mirosława Czerny


Andrzej Czerny

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201094>

CAPÍTULO 5..... 117

LOS RETOS EN LA GESTIÓN DEL SUMINISTRO DE AGUA POTABLE EN LA ZONA METROPOLITANA DEL VALLE DE MÉXICO EN TIEMPOS DE COVID-19


Jorge Alejandro Silva Rodríguez de San Miguel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201095>

CAPÍTULO 6..... 135

PLANEACIÓN TERRITORIAL Y DESARROLLO REGIONAL EN EL SURESTE DE MÉXICO

Javier Pérez Corona

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2072201096>

SOBRE LOS COODINADORES 156

ASPECTOS HISTÓRICO-ESPACIALES DE LA FORMACIÓN DEL MODELO DE LA EXPANSIÓN ECONÓMICO-SOCIAL. EL CASO DE MÉXICO Y AMÉRICA CENTRAL

Data de aceite: 04/08/2022

NCN NR 2018/29/B/HS6/00187
“DISCOURSES AND DEVELOPMENT
DILEMMAS OF CENTRAL AMERICAN
LOCAL COMMUNITIES”

Mirosława Czerny

Universidad de Varsovia
Facultad de Geografía y Estudios Regionales
mzczerny@uw.edu.pl

Andrzej Czerny

Universidad de Maria Curie-Skłodowska de
Lublin
Facultad de Ciencias de la Tierra y de la
Economía Espacial
aczerny1@gmail.com

RESUMEN: La forma que asume contemporáneamente la organización espacial en América Central y México como una red de nodos, zonas económicamente activas y vínculos espaciales representa un ejemplo de un largo proceso de la expansión de actividades económicas y de la población hacia las tierras con abundantes recursos y posibilidades. Naturalmente, la estructura espacial de la economía actual está influenciada además por la globalización, con una creciente competencia por el acceso a los recursos (ya sean minerales, paisajistas, culturales o agrícolas). La creciente competencia entre las regiones y las ciudades por los inversionistas externos resulta en que la

forma tradicional del proceso de planeación: del largo proceso de la elaboración, de aprobación e introducción de los cambios en los documentos preparados, etc. se convierten en una barrera para el desarrollo. Cuando no funciona bien el sistema de planeación espacial o regional y cuando se presentan varios intereses especulativos por terrenos dados, ellos se hacen más atractivos y deseados por los inversionistas. El proceso de transformación de las formas y estructuras de los territorios (regiones, ciudades, municipios) y, lo más importante, el nuevo arreglo de la red de relaciones en meso- y macroestructuras espaciales, es un evento complejo y costoso, y no suelta los efectos en tiempos cortos. Los conflictos por el uso del territorio en varias regiones centroamericanas y mexicanas muestran lo difícil que es relacionar el desarrollo, entendido como la exploración de los recursos, producción de bienes y uso de la naturaleza con la economía y sociedad sustentable.

INTRODUCCIÓN

Los modelos y sistemas del desarrollo espacial de un territorio dado nos dicen mucho sobre las condiciones y relaciones naturales, económicos, sociales, políticos y culturales existentes desde hace muchas décadas, por los cuales se han formado vínculos de la interdependencia y necesidades dentro del espacio político-territorial, los cuales han tenido su expresión en la forma de la organización

espacial de nudos, polos, centros y periferias de cada región. Dicho cuadro de los puntos claves de la organización del espacio no ha sido un producto de un proceso a corto plazo, al contrario, ha sido la consecuencia de los años, y muchas veces de los siglos de las intervenciones de distinto índole al territorio, configurando la imagen del desarrollo espacial en la perspectiva histórica. El modelo de desarrollo espacial de la región puede presentar el estado actual del territorial, pero también puede analizárselo a través del prisma de los cambios que han tenido lugar durante muchos años o décadas en relación con las condiciones económicas regionales y globales. También indica los principios y métodos de la coordinación de las políticas públicas de desarrollo con un impacto territorial significativo. Para los investigadores del fenómeno de las tendencias observadas en los procesos de desarrollo regional y las disparidades territoriales este cuadro de desarrollo espacial tiene muchas características de una estrategia general de desarrollo (objetivos, medidas de aplicación, plan de acción), que combina elementos de desarrollo espacial con factores de desarrollo socioeconómico (Domański 2002).

La visión del desarrollo espacial de Centroamérica y México que aquí se analiza (junto con elementos de la influencia que les da la ubicación geográfica dentro de la Región del Caribe) es la contemplación de la organización del espacio socio-económico a través del prisma del desarrollo de la red policéntrica de centros económicos puntuales y enfocados en el espacio reducido. Formulamos la hipótesis que este modelo policéntrico está compuesto por las ciudades más importantes y sus centros de vinculación regionales y locales, que constituyen la urdimbre de las relaciones entre los focos económicos de importancia regional y forman la base para el desarrollo de las zonas (áreas) más desarrollados, en forma de las manchas unidas dentro de un enorme territorio gracias a los ejes que las interconectan. Sin embargo, fuera de las ciudades – nodos de desarrollo, durante la época larga de la economización del espacio centroamericano y mexicano aparecían y están apareciendo todavía más zonas de desarrollo basadas en diferentes actividades económicas. A las ciudades principales y a las nuevas zonas de desarrollo están enlazados los centros (polos) de desarrollo subregionales o locales, cada vez más especializados (como los centros turísticos, nuevos centros mineros, etc.).

La red policéntrica de desarrollo regional esta abierta a los impulsos que fluyen desde redes externas – suramericana, norteamericana o europea. Cada de estas redes ha desempeñado papeles diferentes en relación con la época histórica cuando dichas relaciones actuaban más fuerte (Czerny, Czerny 2019, Czerny, Kohlhepp 1996)

La configuración de los nodos y los vínculos correspondientes entre ellos representan el principal objeto de análisis de este artículo. Sin embargo, el análisis de los modelos de desarrollo espacial de la economía también debe tener en cuenta los factores que influyen

en el proceso como la persistencia de la forma y la lentitud del de cambio, así como la inercia que caracteriza los procesos de desarrollo espacial, etc. Es la configuración de nodos (puntos y mini regiones) en el espacio de un área analizada que representa un aspecto que no experimenta más cambios importantes ni siquiera después de más de cinco siglos, salvo en los casos en los que se ha producido una incorporación de nuevas entidades más allá espacio colonial tradicional de la economía. Sin embargo, con el paso de los años, se ha creado una red cada vez más densa de vínculos entre los nodos (antiguos y nuevos), siendo éste el factor que influye en que espacio económico cada vez más consolidado, asegurando al mismo tiempo que los frentes de expansión de la costa hacia el interior sean cada vez más amplios y permanentes (Czerny, Arturo, James 2009. Wilhelmy, Rohmeder 1963, Wilhelmy, Borsdorf 1984, 1985).

La generación de los elementos clave relativos a la organización y gestión espacial, es decir, nodos, corredores, redes, etc., es objeto de procesos espontáneos y los relativos a la planificación, ya sea sectorial, regional o integrada. En ambos casos, hay que recordar que tanto las condiciones políticas como las naturales son de relevancia en este caso. Las políticas aplicadas en América Central cuyas consecuencias incluyeron nuevas inversiones en industria, agricultura e infraestructuras en regiones hasta ahora infrutilizadas, pero con mayor potencial de desarrollo. Dichos esfuerzos relacionados con la introducción de las políticas regionales se remontan sobre todo a los años de la década de 1950 en adelante. La creación de zonas atractivas para los inversores y la concentración de nuevas industrias productivas y de servicios en ellas, depende también -en términos muy generales- de los activos y pasivos de los que dispone el país o la región. Entre activos clave que influyen en la organización socioeconómica del espacio son el potencial económico y demográfico, los recursos naturales, los artefactos creados por el hombre y el capital humano y social. Es necesario mencionar entre los pasivos clave que influyen en la intensidad y el nivel de inversión en una zona determinada son la situación de retraso de desarrollo, la falta de recursos naturales y un bajo nivel de capital social (Czerny 1978, 1994; Fonseca 2013).

También hay que tener en cuenta la importancia de los procesos en curso por los que se configuran las estructuras territoriales. Por ello, la historia de la organización espacial (en el sentido del desarrollo de los asentamientos y la agricultura, el uso de los recursos naturales y los y los procesos de fabricación) representa un elemento excepcionalmente importante de la interpretación de los modelos contemporáneos de desarrollo espacial (Lira Cossio 2003).

Toda una gama de determinantes internos del desarrollo forma parte de la matriz de necesidades y características de una región de relevancia para la formulación de planes y programas de desarrollo en los que participan tanto el Estado como los inversores

privados, que persiguen sus propias estrategias operativas. La política regional es el instrumento clave, aunque no el único, que determina los procesos de desarrollo en las regiones. El Estado tiene un papel crucial que desempeñar, por ejemplo, como promotor del desarrollo de las regiones periféricas y marginales, y de las más atrasadas en términos de la distribución de riqueza (Czerny 1994).

LA EXPANSIÓN TERRITORIAL ECONÓMICA Y POBLACIONAL EN AMÉRICA CENTRAL

La expansión económica y social hacia cada vez más adentro y hasta regiones menos apropiadas para la colonización ha sido la propiedad más característica de los procesos territoriales durante la Era Moderna en América Latina. El siglo XX y más recientemente el siglo XXI han traído nuevos procesos y nuevas formas espaciales hacia dicha región, que rompen con los procesos espaciales desde la época colonial. La observación de dichos fenómenos provoca a volver a la antigua discusión sobre los modelos del ordenamiento territorial y generalmente sobre los conceptos del uso del espacio por el hombre en la época contemporánea. Durante siglos de la historia colonial y postcolonial las formas del ordenamiento territorial y la imagen del uso del espacio parecían espontáneos (o mejor dicho no regulados), relacionados con los intereses de la conquista y la explotación de recursos, sin bien definidas estrategias territoriales, aunque estas también existían. Entonces hay que suponer que fueron sobre todo los factores medioambientales y políticos que han estado impulsando el cambio durante siglos y han conducido hasta la formación socio-económica territorial en América Central (Czerny, Czerny 2021, 2019).

Los últimos años del siglo XXI han sido testigos (como la mayor parte del siglo XX) de este proceso de expansión y cambio de la estructura económica regional, la cual ha adquirido unas dimensiones cada vez más agresivas e imperdonables. Toda esta actividad ha tenido impactos radicales en el entorno natural y en la sociedad, lo que hace necesario renovar el debate sobre el modelo de organización espacial, así como un nuevo esfuerzo para conceptualizar la cuestión del uso del suelo en la era de la globalización de la forma más completa posible. A lo largo de los siglos, desde la época colonial hasta el día de hoy, las formas asumidas de la tierra reflejaron tanto las estrategias de explotación de nuevas tierras y la actividad espontánea que buscaba abrir y asentar nuevas regiones como reusar de manera totalmente diferente los espacios ya economizados. Tanto los procesos de asentamiento como las formas de explotación reflejaban los objetivos de la conquista colonial. Más concretamente, representaban una estrategia por la que las materias primas y los productos agrícolas apreciados en Europa y necesarios para su desarrollo fueron

enviados al exterior. Durante ese tiempo, no hubo ningún proceso de adopción de planes de ordenación del territorio o de desarrollo físico, aunque el efecto de la mayoría de las actividades puntuales (por ejemplo, el desarrollo de la minería) modificaba la organización espacial de la economía de forma bastante marcada (Fonseca 1031, Czerny 1994).

Ya en la primera mitad del siglo XIX, las decisiones económicas de las elites de nuevos estados independientes eran más un reflejo de los condicionamientos políticos, que de los condicionamientos regionales. Sólo a partir de finales del siglo XIX se puede hablar de un desarrollo planificado de las regiones o de los asentamientos (sobre todo en México) y, por tanto, de la gestión u organización de las nuevas tierras destinadas al cultivo (en Costa Rica, Nicaragua, Honduras, Panamá). Fue en ese momento cuando América recibió oleadas de inmigrantes procedentes de Europa. Aunque estas olas no provocaron el desarrollo poblacional en América Central tan fuerte como fue el caso de algunas regiones de América del Sur. Sin embargo, algunas partes de la región recibieron contingentes migratorios bien marcadas (sobre todo México y Costa Rica). Extensas áreas básicamente vacías comenzaron a llenarse con nuevos colonos. La política demográfica aplicada representó un impulso para el establecimiento de nuevas estructuras de gestión del espacio. El principio del siglo XX también fue importante para el cambio espacial, dada la aparición de nuevos asentamientos mineros y zonas de exportación agrícolas (Fonseca 1031, Czerny 1994).

La situación económica actual de la región analizada se combina con la presión sobre los recursos y la intensificación de su uso (no sólo en las zonas explotadas durante mucho tiempo, sino también en las regiones periféricas que están perdiendo vegetación natural que debería ser protegida).

La formación de los principales elementos (nodos, ejes, centros intermediarios, espacios centrales, etc.) ha sido el efecto tanto de los procesos espontáneos como de las políticas: espaciales, económicas y sociales (especialmente desde la mitad del siglo XX). Dichas políticas se interpenetran y producen formas espaciales diversificadas y únicas en cada país, aunque con algunos rasgos característicos más generales y relacionados con los procesos y reglas espaciales generales (globales) (Czerny, Czerny 2021, 2019; Czerny, Arturo, James 2009).

EXPANSIÓN DE LA ECONOMÍA Y DE LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS EN LA ÉPOCA COLONIAL

Alcances y direcciones de la expansión geográfica de la actividad económica desde la llegada de los conquistadores a México y América Central han estado estrechamente

ligados a las expectativas de los españoles a la hora de acceder a los recursos que ansiaban. Los españoles, que llegaron primero al Caribe, siguieron con su exploración en dos direcciones, es decir, hacia el oeste y el actual México; y hacia el suroeste en la dirección de la actual Panamá, y más al sur en el actual Perú. La dirección occidental les permitió llegar al centro de México y ocupar las tierras fértiles de la región de El Bajío. Los españoles se asentaron en tierras pobladas y fértiles que habían mantenido la agricultura incluso antes de su llegada. El Bajío suministró alimentos para sucesivas oleadas de colonos procedentes de Europa. En la época colonial, la economía de la región floreció, gracias a la actividad de numerosos ranchos que se dedicaban tanto al cultivo como a la cría de ganado. Desde el centro de México, los nuevos colonos españoles se dirigieron al norte en la dirección a las regiones ricas en plata. Así, fundaron numerosas ciudades mineras que constituyeron los primeros nodos de la red de asentamientos coloniales (aunque muchos se derrumbaron una vez que se agotaron las reservas de minerales). Una segunda dirección de la colonización se dirigió al sur, a Guatemala, y mucho más tarde a lo que hoy es Nicaragua y la parte occidental de Costa Rica. En América del Sur, la primera colonización española avanzó hacia el sur y el oeste desde Panamá. Las primeras ciudades españolas surgieron en las costas del Caribe (de Colombia y Venezuela) y en las tierras bajas del Pacífico de lo que hoy es el norte de Perú (Piura (Kramer, Lovell, Lutz, Christopher 1994).

Junto a los nodos en forma de centros de la administración española y los centros mineros, se formó la red de enlaces de carreteras y antiguos caminos de la población nativa, a lo largo de los cuales se trasladaban las mercancías y se instalaban los nuevos colonos. La distribución de los nodos era desigual, con centros de administración y minería, además de los puertos, formaban pequeñas áreas en las que concentraban los procesos de desarrollo, en contraste con extensas zonas poco pobladas caracterizadas por la agricultura extensiva como la función dominante. Las distancias entre una hacienda y otra eran grandes y las relaciones entre ellas escasas, aunque las familias que poseían las haciendas organizaban su vida social en pequeños centros urbanos donde se abastecían en los productos industriales. Dichos centros contaban con 200-300 habitantes, pero su zona de influencia ha sido muy extensa. De hecho, había una falta de continuidad espacial entre los principales nodos económicos y políticos de la colonia, especialmente en que hoy es México y esa situación sólo mejoró muy lentamente con el paso del tiempo, ya que importantes nodos económicos del interior entraron gradualmente en escena y fueron objeto de interés para nuevos colonos. A la explotación minera le siguió una oleada de asentamientos que incluían agricultura y la cría de ganado. Se establecieron las rutas comerciales entre los centros mineros, zonas agropecuarias y centros administrativos

(Czerny 1978).

El modelo dominante en la economía espacial asumió una forma lineal: a lo largo de las costas del Caribe y Pacífico en México, y a lo largo de las cordilleras (Sierra Madre Occidental y Oriental en México) hasta Guatemala, Salvador, Honduras, aunque con ramificaciones hacia algunas nuevas zonas de explotación minera o agropecuaria en la costa pacífica. Las principales conexiones económicas de las colonias se dirigían hacia el exterior, pasando por los puertos a las metrópolis coloniales.

Reasumiendo, lo característico para dicho periodo en cuanto a la formación de los centros económicos y del poder y ejes económicos fuera de los puntos en el espacio fue:

1. Los principales nodos de carácter político y económico surgieron de los principales centros de administración colonial, o sea la ciudad más importante, la capital del Virreinato de Nueva España – ciudad de México. A ésta se sumaron las capitales de reinos y de capitanías generales. Las más importantes ciudades en aquella época – nodos de la vida política y económica fueron: la capital del reino Nueva Galicia – Guadalajara, de Capitanía General de Santo Domingo – Santo Domingo, de Reino de Guatemala – Santiago de los Caballeros de Guatemala (hoy conocida como Antigua Guatemala y desde 1776 ciudad de Guatemala), de Reino de Nueva Vizcaya – Durango, de Capitanía General de Yucatán – Mérida, de Nueva Navarra – Arizpe, de Nuevo Reino de León – Monterrey, de Capitanía General de Puerto Rico – San Juan, de Santa Fe de Nuevo México – Santa Fe, de Nueva Extremadura – Monclova, de Las California – Loreto, de Nuevo Santander – Santander, de Capitanía General de Cuba – La Habana, además Provincias de Coahuila o Nueva Extremadura conocidas como Provincias Internas que tenían varios centros administrativos en el área que hoy es la parte norte de México y sur de los Estados Unidos. Las provincias novohispanas se dividían en corregimientos o señoríos (Peter 2000). Los nodos restantes estaban entonces formados por centros administrativos de segundo orden, así como puertos y capitales de diócesis católicas. Entre dichas capitales algunas han tomado la función económica muy importante, como: Puebla, Oaxaca, Morelia, Tlaxcala, Durango, Hermosillo (en México), León (en Nicaragua), Panamá,
2. Los asentamientos humanos y la economía se expandieron lentamente hacia el interior, con el consiguiente aumento de las superficies de cultivo o de pastoreo de tierras cultivadas o dedicadas al pastoreo. Sin embargo, dicha expansión no ha tenido la forma continua, mas bien se desarrollaba en la forma de los enclaves divididos entre si por vastos terrenos poco poblados y desarrollados. Tanto en el territorio mexicano como centroamericanos las condiciones medioambientales y demográficos no han permitido al principio de construir fuertes cinturones económicos a lo largo de principales vías de comunicación o unir puertos con el resto de las entidades administrativas de colonia en modo de lazos estables, fuertes y estrechos.

3. El modelo dominante del desarrollo espacial estaba totalmente formado y vinculado con los mercados externos, o mejor dicho con las reglas puestas por la metrópoli colonial respecto al intercambio de las mercancías y modos de organizar el comercio. Las ciudades portuarias de fuerte posición económica eran escasas por las limitaciones puestas por orden españoles. Solo algunos podían mantener los contactos con la metrópoli. Se beneficiaron de esta situación entre otras: La Habana, Santo Domingo, Veracruz, Panamá, Acapulco.
4. Las tierras bajas tropicales quedaban vacías. Toda la costa del Caribe desde Yucatán hasta Panamá prácticamente se quedó sin inversiones económicas significativas hasta principio del siglo XX. La costa del Caribe constituía un refugio para diversos grupos de inmigrantes europeos y africanos durante la época colonial y postcolonial en el siglo XIX. “Las mejores condiciones, para el establecimiento de la encomienda (en América Central), se dieron en los altiplanos y en la vertiente del Pacífico, donde se concentraban los pequeños estados y cacicazgos, entidades políticas con tradición de sistemas tributarios y de trabajo forzoso” (Kramer, Lovell, Lutz 1994). En Costa Rica, Honduras y Nicaragua también en la vertiente pacífico se desarrollaba la producción ganadera. (Díaz 2019, Gerhard 2000, Fonseca 2005).
5. El modelo general del desarrollo socio-económico espacial durante la colonia se caracterizaba por cierta falta de continuidad en cuanto a la ocupación del espacio, con fuertes nodos económico-políticos bien establecidos y formados ya durante el primer siglo de la expansión colonial, con un poder de fortalecer la expansión hacia regiones con recursos que garantizaban oportunidades para un mayor desarrollo. Los lazos, en forma lineal en el espacio tenían sus trazos fuertes y débiles, dependiendo de las características del medio ambiente y las relaciones con la población autóctona. No existía ninguna continuidad en cuanto a los ejes de comunicación entre los puntos cardinales de la colonia – o sea entre el sur y el norte, aunque esto cambiaba con el transcurso del tiempo por motivo de incorporar cada vez más territorios a la colonia.



Fig. 1. América Central y México. El esquema de la estructura espacial colonial (elaboración propia)

LA INDEPENDENCIA Y EL MONOPOLIO DEL CAPITAL FINANCIERO EXTERNO EN LA FORMACIÓN DEL ESPACIO CENTROAMERICANO

Dejando al lado el análisis de la situación política pura bastante complicada en la primera mitad del siglo XIX en toda la región y centrarse únicamente en las consecuencias económicas de la independencia de los estados latinoamericanos, es necesario destacar dos fenómenos que ejercen una especial influencia sobre la organización de la vida económico-espacial en el siglo XIX. Se trata de las inversiones extranjeras y la afluencia de inmigrantes de Europa. Los inmigrantes empezaron a cultivar las tierras antes poco usadas, sobre todo en Costa Rica.

La independencia trajo consigo sobre todo el crecimiento de las inversiones en todos los sectores económicos, En México sobre todo en la industria, minería y agricultura. En los países centroamericanos al sur de México – sobre todo en agricultura. Fue el periodo de una rápida expansión de la producción agropecuaria hasta las tierras antes poco ocupadas, con fines de la producción más intensiva para la exportación – del café, bananos, henequén, cacao. De manera abrupta aumentaron áreas de cultivo de trigo, café, cacao y plátanos, así como el número de cabezas de ganado vacuno (especialmente en México). Esto favoreció el desarrollo de la industria textil y del cuero, así como de la industria cárnica a finales del

siglo XIX y principios del XX.

Los avances de tecnologías de producción de alimentos (en particular, los descubrimientos relativos a la producción de la carne) hizo que aparecieran centros de la industria cárnica (en México), también lechera (en Costa Rica), así como centros de agricultura e industria alimentaria (en México, Costa Rica). También se desarrollaron nuevos centros mineros de depósitos de minerales metálicos, y partir de principios del siglo XX, de petróleo (Wilhelmy & Rohmeder 1963). A principios del siglo muchos de estos centros se transformaron en ciudades medianas (como Tampico en México).

La llegada de inmigrantes procedentes de Europa y de las inversiones europeas y norteamericanas no hizo sino acelerar industrialización y el crecimiento de las ciudades, así como el desarrollo de una agricultura basada en la exportación. Antes de la Gran Depresión, toda la región, pero especialmente México, había llegado a representar un muy importante de suministro de alimentos tanto a los mercados norteamericanos como mercados europeos. En cambio, la producción industrial se destinaba principalmente a servir a los mercados nacionales. La crisis económica de la década de 1920 no sólo generó una caída de la producción agrícola e industrial, sino que también provocó el colapso de muchas economías regionales en su conjunto, dado que éstas perdieron sus fuentes de ingresos. El resultado final de la ruptura del comercio exterior fue el inicio de la despoblación, ya que los trabajadores agrícolas que perdían sus empleos se iban a las ciudades en busca de trabajo. Mientras tanto, los trabajadores industriales hicieron sus primeras incursiones en la economía informal (Czerny 1976; Czerny 1994).

Buscando salir de la crisis económica, los países de América Latina introdujeron una estrategia de sustitución de importaciones entre otras cosas, con el fin de atraer a los inversores extranjeros a su industria. Esta estrategia resultó exitosa, al menos en sus primeras décadas de funcionamiento, con un aumento del papel de la industria en la economía, sobre todo en los grandes países con mayor de mayor potencial económico – en el caso de la región estudiada, en México. Sólo a partir de mediados del siglo XX, y en particular de 1980 en adelante, que la estrategia anterior empezó a fracasar, hasta el punto de ahogar la innovación y frenar el crecimiento económico. Sin embargo, hay que subrayar el papel muy importante de la industria de sustitución de importaciones en la creación numerosos y fuertes centros urbanos en todo el país.

A lo largo del siglo XIX, los independientes países centroamericanos comenzaron a moldear sus propias estructuras económicas basándose en la experiencia colonial. Así, Guatemala y El Salvador siguieron produciendo grana o cochinilla y añil, respectivamente, hasta que fueron desplazados por el café, un producto que ya había sido cultivado y exportado con éxito por Costa Rica al mercado mundial. (Díaz 2019). “El desarrollo de la

caficultura en las tierras medias y altas de la vertiente pacífica centroamericana implicó una transformación del paisaje de dicha zona, porque los cafetos fueron cultivados en áreas extensas tradicionalmente destinadas a la producción agrícola de subsistencia y a la ganadería extensiva, por lo cual supuso la apertura de nuevas tierras para la colonización en los que este cultivo de exportación coexistió con sembradíos de maíz, frijoles y otros productos para abastecer el mercado interno de los países del istmo (Díaz 2019: 9 según Fonseca 2013). En la zona pacífica de Guatemala y El Salvador se extendió el cultivo de la caña de azúcar y algodón

Los rasgos característicos del modelo de desarrollo espacial en este periodo fueron:

1. Nuevas zonas de desarrollos económicos en el interior - colonización de nuevas tierras para el desarrollo de la agricultura, el desarrollo de infraestructuras y la explotación de nuevos yacimientos mineros.
2. El desarrollo continuo de los puertos marítimos dedicados a la exportación de materias primas.
3. Desarrollo regional (económico y demográfico) que basaba en la explotación de nuevas materias primas para la exportación (minerales y madera).
4. Un mayor papel de la exportación de productos agrícolas, lo que se traduce en un aumento de la superficie cultivada (los principales cultivos para exportación y la industria alimenticia nacional han sido: bananos, café, cacao, trigo, piña, tabaco, caña de azúcar, cítricos, tomates).

Tras la gran crisis económica que afectó a toda esta parte del mundo, los asuntos regionales empezaron a tener más importancia en las políticas estatales con fin de disminuir las diferencias regionales del nivel del desarrollo y de bienestar social. Por primera vez, surgieron grandes proyectos regionales basados en el desarrollo de infraestructuras que buscaban dinamizar la inversión en diferentes sectores de la economía, sobre todo en la infraestructura vial, también nuevos centros industriales (en México) (Czerny 1978). Los países centroamericanos trataban de diversificar su base económica. Como menciona Díaz (2019) por ejemplo Guatemala se especializó en la producción de zacate de limón para la extracción de aceite; Nicaragua se orientó hacia el cultivo de algodón y del ajonjolí (Díaz 2019). El algodón se cultivó sobre todo en las planicies costeras del Pacífico en Nicaragua, Guatemala y El Salvador, “En 1950, el algodón era ya el principal cultivo y el producto agrícola de exportación más importante de Nicaragua, país que concentraba el 53 % del área sembrada en la región y el 71 % de la producción centroamericana” (Fonseca 2013: 215-216 en Díaz 2019: 11).

A base de lo hasta ahora presentado se puede concluir que el modelo del desarrollo socio-económico-espacial desde México hasta Panamá se caracterizaba hasta la mitad del

siglo XX por ciertos elementos muy vinculados con la fisiografía y topografía de toda la región. En cuanto a México se podía observar la intensificación de las actividades económicas en forma de estrella con el centro en la ciudad de México. Hacia el norte se formaron ya en la época colonial tres ejes principales hasta el norte. Dichos ejes se fortalecieron con nuevos centros urbanos y llegaron hasta Texas y Arizona al territorio que hoy pertenece a los Estados Unidos. Otros ejes salieron desde la ciudad de México hasta este y oeste. Y finalmente dos hasta el sur una por lado pacífico y la otra por lado del Caribe. Pero con la frontera entre México y Guatemala cambia el esquema. Un espacio socio-económico más desarrollado discurrió a través de la vertiente pacífica centroamericana. Ha sido el espacio más dinámico en dicha región generando la concentración de la población – el surgimiento de principales ciudades, “una constante producción agrícola –empezando por la producción de añil en el período colonial y continuado por la agroindustria del café y algodón en los siglos XIX y XX– que históricamente ha sido el principal motor de la economía regional y un área propicia para la actividad ganadera desde el siglo XVI.” (Díaz 2019: 13).

CAMBIOS EN LA ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO DESDE LA MITAD DEL SIGLO XX

Los años 40 fueron un período muy favorable para los países latinoamericanos desde el punto de vista económico. Los grandes superávits comerciales de los países que podían exportar materias primas y maquinaria a los combatientes de la Segunda Guerra Mundial permitieron la realización de audaces proyectos de que ayudaron a estimular el desarrollo en las regiones periféricas, pero ricas en recursos. Muchas iniciativas de carácter regional surgieron entre los años 1950 y 1980. La mayoría de dichos proyectos se realizó en grandes países latinoamericanos, como Argentina, Brasil, Colombia, pero también México.

En el caso de México, los primeros programas diseñados para desarrollar la agricultura aparecieron a mediados de la década de 1930, y se trataba de las inversiones en los valles de Mexicali y Conchos, así como el tramo inferior del Río Bravo. En ese momento, la agricultura de plantación comenzó a desarrollarse en extensas zonas de regadío. La afluencia de colonos dio lugar a un marcado aumento de la población, y al crecimiento económico en las ciudades fronterizas como Mexicali, Piedras Negras y Nuevo Laredo. Para 1953, se habían creado unas 144 nuevas colonias agrícolas de la frontera. Algunas de ellas incluso se habían convertido en verdaderos centros como el caso de Delicias en el Valle de Conchos (Reyes Osorio et. al 1974). Sin embargo, el verdadero avance en el enfoque de desarrollo regional se produjo con los proyectos de gestión de cuencas hidrológicas siguiendo el modelo de la Tennessee Valley Authority en Estados

Unidos. Por su parte, México creó las Comisiones de Cuencas Hidrológicas, y los proyectos de cuya ejecución era responsable de los que se encargaba la construcción de presas, centrales eléctricas, el riego de tierras de cultivo y la remodelación de la infraestructura vial y recreativa (Barkin, King 1970).

Entre 1946 y 1970 los proyectos de manejo de las cuencas del Río Balsas y Río Tepalcatepec, el Papaloapan, el Grijalva- Usumacinta, el Río Panuco y la cuenca combinada que incluye el Lerma, el Lago de Chapala y el Santiago aparecieron, junto con proyectos de gestión de tierras áridas, bajo los auspicios de la Comisión Nacional de Zonas Áridas (Stöhr 1975) y en el marco del Plan del Lago de Texcoco (Czerny 1978).

Aunque todos estos proyectos se pusieron en marcha, no todos se llevaron a cabo con pleno éxito. En la mayoría de los casos, fue la construcción de presas y embalses, y por tanto el riego de las tierras de labranza, mientras que sólo en muy raras ocasiones de la industria. Sin embargo, en todas las regiones sometidas a los programas se observó una cierta reactivación económica con un impacto importante en la gestión de nuevas tierras y en el desarrollo de la red de asentamientos. A su vez, en todo el período comprendido entre 1940 y 1970, México llevaba a cabo una serie de programas cuyo objetivo era estimular desarrollo industrial, pero también su desconcentración fuera de las grandes ciudades, sobre todo fuera de la ciudad de México. Las medidas clave fueron las Leyes de extensión fiscal estatal para la industria, Créditos a la pequeña y mediana industria, Fondo de Garantía y Fomento a la Pequeña y Mediana Industria y Ley de Industrias Nuevas y Necesarias. A medida que estas se pusieron en marcha, se observó cierta desconcentración de la industria, sobre todo por toda la región Centro i Norte de México, aunque sin gran efecto esperado de empujar la economía de las regiones periféricas del país (Czerny 1978, *Reyes Osorio et al.* 1974).

Reasumiendo (*ver el mapa 2*) se puede decir sobre aquella época que todos proyectos que incluyeron, pero también se extendieron más allá de los mencionados anteriormente se llevaron a cabo en varios países latinoamericanos durante aproximadamente medio siglo, y condujeron a una marcada expansión de los asentamientos y la actividad económica en tierras que antes estaban poco pobladas, con escasas inversiones y con una gestión limitada. Es cierto que la dinámica de este proceso varió según las décadas. La década de 1950-1970 fue el testigo de los rápidos cambios regionales. Se realizaron varios proyectos infraestructurales capaces de provocar la expansión de los asentamientos y la colonización agrícola en muchas regiones. Por el contrario, los años ochenta supusieron un abandono de los proyectos regionales en favor de la estimulación de las economías afectadas por la crisis, con cierta independencia de las consecuencias a nivel regional.

Esto hizo que la década de 1990 dio paso a nuevos conceptos que pretendían

impulsar el desarrollo regional a partir de la globalización. Esto supuso una importante función del Estado en sí para iniciar el cambio, ya que las economías regionales se abrieron a las inversiones a gran escala – principalmente en la minería y la agricultura, pero también en turismo- por parte de las grandes transnacionales y de los intereses de alcance mundial. De entre los muchos planes y proyectos de desarrollo regional y de ordenación del territorio que se idearon y ejecutaron entre los años 70 y finales de los 90 en América Latina, es posible identificar tres sectores principales que eran prioritarios en planificación, es decir, el transporte, la industria y la colonización agrícola. En cada caso, el impacto del trabajo de implementación fue extender la red de asentamientos y la gestión económica a nuevas áreas que antes sólo se habían desarrollado de forma limitada. Los proyectos y estrategias para la incorporación las regiones periféricas al sistema de la economía nacional basaron en la construcción de nuevas carreteras destinadas a penetrar zonas potencialmente ricas en recursos que quedaban sin explotar por la falta de poder operacionalizar proyectos económicos. La cuestión de la localización de la industria, especialmente en el contexto de la creación de parques industriales, fue también un factor que modificó los modelos de gestión del espacio. Los países latinoamericanos en general y México entre otros aplico el modelo de polos de desarrollo propuestos por el economista francés François Perroux en los años 60 (Czerny, Kohlhepp 1996; Lira Cossio 2003). Esto supuso la fundación de centros de la industrias manufactureras y mineras en el interior del país, con el fin de estimular el mercado laboral y generar procesos de desarrollo económico. Los ejemplos más conocidos de estos polos de crecimiento, que han sido objeto de un amplio análisis en la de la literatura. En el caso mexicano se refiere un complejo industrial Ciudad Sahagún. Si bien es cierto que este tipo de estrategia no tuvo una amplia aplicación, sin embargo, dichos polos de crecimiento establecidos estaban en condiciones de proporcionar resultados positivos para sus regiones (Czerny 1978).

La segunda mitad del siglo XX fue un período que trajo la realización de importantes proyectos de colonización agrícola – en México, Costa Rica, Panamá, Nicaragua. Los procesos de ocupación y colonización del trópico fueron impulsados por los gobiernos de varios países centroamericanos, que supusieron un aumento de las áreas de tierra dedicadas a los cultivos y a la cría de ganado con fines de exportación. En México, este proceso afectó a las tierras de los valles fluviales y las tierras bajas ocupadas por los agricultores procedentes de zonas altas superpobladas.

Un último factor importante en el cambio que está afectando a la organización espacial de la economía y de la población en América Central ha sido el desarrollo de las zonas turísticas. Cada país persiguió su propio tipo de estrategia en este sentido. En el caso de México, se construyeron grandes centros por el Caribe como por el Pacífico. Cancún,

cuyas obras de construcción comenzó a mediados de los años 70, dio origen a un nuevo espacio en México dedicado al turismo, mientras que Costa Rica se dedicó a desarrollar el ecoturismo que también requirió la instalación de una infraestructura de alojamiento, etc.



Fig. 2. América Central y México. El esquema de la estructura espacial en la mitad del siglo XX (elaboración propia)

CONDICIONES RESULTANTES DE LA ESTRUCTURA ESPACIAL HISTÓRICA – INTENTO DE RESUMIR PARA INDICAR RASGOS CARACTERÍSTICOS DEL MODELO CONTEMPORÁNEO DE LA ORGANIZACIÓN ESPACIAL DE LA ECONOMÍA Y SOCIEDAD

Los procesos socio-económico espaciales sucedidos en fines del siglo XX han dado la base ideológica para las estrategias y proyectos realizados por prisma de los intereses globales en el siglo XXI. Una enorme transformación de la organización y la gestión del espacio hizo abrir las fronteras que hasta entonces no se había cruzado – en las selvas tropicales, en la montaña y en las zonas desérticas. Y, de hecho, en todas estas zonas la explotación de los recursos naturales es de carácter intensivo y no siempre beneficia a la población local, ni formas tradicionales de gestión y del modo de poblamiento.

Por otra parte, este cambio supuso un alejamiento del modelo de organización espacial anteriormente dominante, heredado de la época colonial, en favor de un

desbordamiento de muchas formas de la estructura urbano-regional en toda América Central. De hecho, gran parte de la influencia en la superación de las barreras ecológicas a la expansión espacial fue ejercida por actividades de carácter informal o incluso ilegal (la producción de narcóticos, la extracción ilegal de oro, el incumplimiento de las reglas de protección ambiental por parte de las corporaciones globales de las industrias extractivas o de los cultivos para exportación, etc.) (Czerny, Czerny 2021).

Al entrar al siglo XXI, la inversión regional y los procesos de creación de nodos económicos y redes de vínculos se han subordinado en primer lugar a los siguientes fenómenos:

- un proceso informal de ocupación del suelo, tanto en zonas rurales como en las urbanas;
- un papel cada vez mayor del desplazamiento forzoso de los habitantes tanto en las zonas rurales como urbanas (sobre todo las situadas en zonas marginales);
- un papel creciente de los fenómenos globales que influyen a las decisiones locales sobre el uso del suelo.
- el papel creciente de un sector financiero especulativo en los terrenos susceptibles de recibir en el futuro nuevas inversiones económicas.

Sobre la importancia económica de una región dada deciden en gran medida los potenciales: demográfico y económico de los centros económicos mas importantes, mas vinculados con la red económica internacional y con otros centros económicos de la región. En el caso de América Central los vínculos funcionales internos no están formados de manera satisfactoria. A pesar de la red de asentamientos humanos policéntrica – especialmente en México, predominan los vínculos y relaciones centrípetas, que convergen en México – para toda América Central, o en las capitales nacionales en el caso de cada país centroamericano. Como se ha mencionado lo deriva del papel dominante de la ciudad de México en la región y del papel secundario (“metrópolis secundarias”) de otras ciudades grandes mexicanas (Guadalajara, Monterrey, Ciudad Juárez, Mexicali, etc.) y de las capitales nacionales de los estados centroamericanos (Czerny, Hoyos Castillo 2014, Czerny, Hoyos Castillo 2012). Cabe destacar además que últimamente se ha destacado, con el creciente papel económico dentro de la región – como contrapunto para la ciudad de México en el sentido de la atracción de capital extranjero y de su localización geográfica – la ciudad de Panamá. Una de las causas mas limitantes del desarrollo de la red de los vínculos regionales es la insuficiente infraestructura del transporte tanto dentro de los territorios nacionales como a escala regional de América Central. A esto hay que añadir las profundas diferencias en cuanto al desarrollo y la evolución de los sistemas políticas

dominantes en toda la región centroamericana – desde democracia por dictadura y el abuso del poder por parte de las elites gobernantes (muchas veces corruptas).

Como la consecuencia de la globalización e internacionalización se puede mencionar el proceso del cambio de la intensidad de los vínculos económicos entre varios puntos (centros) en el espacio. En los países mas desarrollados, en este caso México se están debilitando los vínculos funcionales entre las ciudades metropolitanas y su entorno, y el fortalecimiento de los lazos con otras ciudades metropolitanas (también con las ciudades fronterizas norteamericanas) (Czerny Lombardo 2007, Czerny, Tapia Quevedo 2011). Al mismo tiempo, se está observando el crecimiento del impacto directo de la ciudad en las zonas adyacentes definidas como el área funcional urbano. El alcance de dicha área viene determinado por la expansión urbana tanto de las formas de urbanización como del estilo de vida urbano y del creciente área de la migración pendular. Estos fenómenos observados alrededor de grandes ciudades mexicanas, pero también en otras ciudades centroamericanas, como por ejemplo en San José, Guatemala, Tegucigalpa, San Salvador hacen desaparecer la división tradicional de las estructuras de los asentamientos humanos basada en dicotomía: urbano – rural está desapareciendo a medida que las zonas rurales, especialmente en las proximidades de los grandes centros urbanos, se limitan cada vez menos a la función agrícola únicamente (Fonseca 2013).

Los procesos demográficos, especialmente migraciones tan acentuadas en el caso de América Central deben tener impacto en el desarrollo y la gestión del espacio. No se trata solo de emigración (sobre todo a los Estados Unidos) sino también de los regresos y movimientos ida y vuelta de la gente que trabaja y ahorra por unos meses en USA y después gasta e invierte dinero en su país (Guatemala, Honduras, Salvador). Flujos de divisas, también familiares, provocan cambios del uso del suelo – por un lado, estabilizando - en el caso de un impacto reducido en el sistema natural – y por el otro, forzando los procesos de concentración espacial en relación con la estructura espacial de la economía y del sistema de asentamientos humanos (Tapia Quevedo, Czerny 2007).

Nuevas inversiones en los sectores de servicios y en los sectores económicos de exportación (agroindustria, sector minero) están provocando los cambios estructurales en el sector laboral. Se intensifican migraciones internas, pero al mismo tiempo emigración externa por los cambios político-económicos y el creciente desempleo tanto urbano como rural.

La región de América Central (junto con México) desde hace varias décadas ha sido la región de la emigración. Miles de personas de América Central han cruzado primero la frontera del sur de México con Guatemala y después la frontera entre México y los Estados Unidos. La situación en cuanto a las direcciones y del volumen de los emigrantes han

cambiado durante estas décadas. No solo los Estados Unidos han sido siempre el destino deseado de la población centroamericana. Los Guatemaltecos han emigrado a México, los Nicaragüenses a Costa Rica, los Salvadoreños y Hondureños a los Estados Unidos y por fin los Mexicanos, casi desde ya un siglo, hasta los Estado Unidos.

Por otra parte, hay movimientos migratorios internas muy fuertes, aunque periódicas. A dicho fenómeno hay que contar también los desplazados – muy presentes en la estructura migratoria de los Guatemaltecos y Hondureños. Las emigraciones externas y los movimientos migratorios internos han tenido el impacto sobre el desarrollo espacial y el modo de la expansión económica diferente en respectivas zonas. Por una parte, tendrá el papel estabilizante – por el tratamiento sostenible del medio ambiente donde se realizara (o están realizados) varios proyectos económicos (sobre todo turísticos), pero por otra por la extorsión de la realización de grandes proyectos extractivos conduce hacia la concentración espacial de la población y de la economía y disminuyen la efectividad de los proyectos pro-ecológicos y puede provocar la acumulación de los procesos sociales y económicos negativos.

Los cambios demográficos, sobre todo la permanente alta natalidad junto con la activación de los recursos de trabajo está dando como resultado el crecimiento de la movilidad espacial de la población (por el crecimiento de la demanda al trabajo en algunas regiones, o zonas de nuevas inversiones – mineras, turísticas, agropecuarias, infraestructurales). La concentración de la población está sucediendo en áreas funcionales de principales centros urbanos y nuevos polos de desarrollo especializados. En los próximos años la globalización solo acentuará la interdependencia de los procesos económicos. Sucederá la continua reubicación de los sectores productivos – de baja intensificación tecnológica y procesos intensivos en mano de obra en toda la región de América Central. Donde además las normas de la protección del medio ambiente son bajas. En la escala interregional sucede cada vez mas el proceso de la expansión de las actividades económicas a los nuevos territorios, hasta hace poco dejados como zonas boscosas o protegidas, como por ejemplo la expansión del cultivo de palma africana en la zona de Bahía de Tela en Honduras. Esto significa, que al contrario a los procesos económicos en los países desarrollados aquí, sigue fortaleciendo la economía extractiva basada en los sectores tradicionales.

En el caso de algunas regiones, por ejemplo, en México, en Panamá, en Costa Rica crece la importancia de las tecnologías de conocimiento y de ICT. Las experiencias sacadas de la crisis provocada por la pandemia de COVID-19 han mostrado la necesidad de introducir con mayor compromiso y seriedad a las políticas territoriales en términos de reducción de la vulnerabilidad de las estructuras nacionales a los choques externos negativos. Esto es posible gracias a la ampliación y el fortalecimiento del papel de los

sistemas de infraestructura educativa y científica y a la sistemática aplicación de tecnologías de tratamiento de la información en continuo y rápido progreso tecnológico. Esto en consecuencia facilita la construcción de un sistema eficiente de acceso al e-conocimiento y e-educación y a otros servicios modernos basados en las tecnologías de la información.

Nuevos polos de la concentración de la población y continuo proceso de la expansión de la economía a nuevas áreas de actividades económicas (muchas veces vinculados con la economía global) influye a los cambios estructurales del transporte. El desarrollo y mejoramiento de la red de carreteras y vías constituye una condición *sine qua non* del desarrollo. El mejoramiento de dicho factor ha sucedido en los últimos años, aunque con diferencias entre respectivos países centroamericanos. Enorme esfuerzo en cuanto al mejoramientos de las vías y conexiones del transporte entre varias regiones del país ha realizado México. En cuanto a otros países se puede destacar Costa Rica y Panamá.

El armónico desarrollo espacial, cuyo objetivo es permitir el desarrollo del país mediante los menores conflictos ecológicos, debe tener en cuenta la resiliencia de la naturaleza relacionada con las diversas funciones que desempeñan los ecosistemas de las zonas sujetas al proceso de desarrollo. Por lo tanto, los gobiernos deben tener en cuenta las necesidades de protección, identificación y desarrollo de los recursos, incluidos los recursos naturales y paisajísticos, la restitución de los recursos perdidos y las condiciones relacionadas con el patrimonio como un conjunto de características que influyen a la capacidad competitiva de las regiones. Si se esta de acuerdo con estas ideas las conclusiones sobre e; desarrollo sostenible, basado en la estimación tanto del medio ambiente como el hombre. Con su cultura, tradición, conocimiento local y el avance para el progreso. Los recursos hídricos, la diversidad biológica y paisajística, los recursos minerales, los suelos y las fuentes de energía renovables tienen una importancia fundamental para el desarrollo espacial del país. Todos ellos, aunque de manera diferente han jugado el papel importante en el proceso del desarrollo espacial de los países centroamericanos desde la mitad del siglo XX hasta ahora.

Reasumiendo, el sistema de los asentamientos humanos tiene el carácter polarizado en el espacio centroamericano. Por una parte, se lo puede caracterizar como policéntrico, por lo que las ciudades existentes en la zona de la cordillera pertenecen en al proceso de la competencia regional y panamericana por inversiones y flujo del capital, de bienes, de servicios de gente y de las tecnologías. Y por otra parte existen grandes espacios, en su mayoría en la costa del Mar Caribe poco vinculados hasta ahora al sistema de la red de asentamientos vinculados con la expansión económica de la región. Aunque en las últimas dos décadas se está cambiando el paisaje caribeño por las inversiones turísticas, mineras y agrícolas de gran escala. Históricamente formada y relativamente equilibrada la

red espacial de las capitales centroamericanas y de las grandes ciudades en el territorio mexicano juega un papel importante en la construcción de un sistema coherente del desarrollo socio-económico y territorial, acelerando la expansión de los procesos de desarrollo. Aunque lo último todavía no esta tan integrado y unido como podría ser para aumentar la competitividad de la región. Sin embargo, los procesos de urbanización y de suburbanización, como también de la expansión de inversiones que cambian la estructura espacial de las actividades económicas están avanzando. Lo consiste en la cada vez más alta concentración de la población en las ciudades y en las áreas del entorno de ellas.

CONCLUSIONES

En el siglo XXI, el espacio económico de América Central entró en un período de cambio muy dinámico con proyectos que lo alteran cada vez más marcadamente (Czerny, Tapia Quevedo 2011). Recordando el título de este artículo, debemos tratar de definir los nodos actuales -y los redes entre ellos- capaces de configurar las relaciones políticas económicas y ambientales en la región. Lo esta mostrado en el mapa 3.



Fig. 3. América Central y México. El esquema de la estructura espacial en el siglo XXI (elaboración propia)

- Como se puede observar en el mapa 3 en la organización espacial de las actividades económico-sociales dominan los nodos principales, es decir, las grandes ciudades junto con las ciudades capitales. La Ciudad de México constituye un centro global de mucha importancia en toda América Latina. Varias de las ciudades mexicanas localizadas a lo largo de principales ejes de desarrollo (muchas veces son las capitales estatales) forman el net más importante de los polos económicos de este país. En el caso de América Central al sur de México las mas grandes son la ciudad de Guatemala y Panamá. Sin embargo, el papel de San Salvador, Tegucigalpa y San José ha crecido en la última década gracias a nuevas inversiones económicas en estos países y la diversificación del uso del suelo. Hasta el día no ha recuperado su posición central en la región la ciudad de Managua – tanto por la causa del terremoto (1972) como por la situación política inestable en Nicaragua. La influencia de las ciudades grandes y capitales nacionales y estatales se produce principalmente a través de la toma de decisiones políticas y económicas relacionadas con la distribución de los recursos naturales y las estrategias tomadas para la realización de grandes proyectos (del capital global, regional o nacional) de distinto índole: mineros, turísticos, agropecuarios, infraestructurales.
- Junto a las grandes ciudades se desarrollan (de manera dinámica y a veces incluso más rápidamente que la ciudad central) metrópolis (o simplemente las ciudades) regionales capaces de atraer inversiones e inmigrantes de las zonas rurales y de los países vecinos o de las zonas rurales. La red de pueblos y ciudades se jerarquiza cada vez más, tomando forma piramidal típica para las economías espaciales de los países más desarrolladas.
- Crecen en forma extensa áreas que se basan en la explotación de materias primas minerales, dado que esta actividad cambia la cara y el paisaje de regiones enteras. En este caso, los principales inversores son tanto las empresas nacionales, como con más frecuencia, las internacionales. La experiencia más reconocida del desarrollo a través de la red de polos mineros tiene México. Desde el periodo colonial, junto con la explotación de plata y después de otros recursos metálicos hasta el siglo XX con la explotación del petróleo constantemente se ha cambiado el paisaje económico del país. Lo ultimo movió totalmente el modo de la configuración económica de la costa del Caribe mexicano. Cabe señalar solo el ejemplo de Poza Rica que de un pueblo de 4000 habitantes todavía en 1960 creció hasta más de medio millón que tiene ahora. En el caso de otros países centroamericanos la explotación de los recursos mineros se acelera y provoca conflictos sociales muy graves (por ejemplo, en Guanacaste en Costa Rica).
- Uno de los factores mas agresivos en cuanto al cambio del paisaje natural y del uso del suelo de vastas zonas costeras es el turismo. Desde los principios del siglo XXI la demanda en el sector turístico ha crecido constantemente (por lo menos hasta 2020 cuando se empezó la epidemia de COVID-19). Se trata tanto de la demanda interna como externa. A la primera vista la demanda externa

provocando grandes inversiones en el sector hotelero y servicios relacionados con el descanso activo necesita mas espacio y hace mas danos a los paisajes naturales. Muchas veces entrando a las zonas protegidas. Pero también el turismo nacional, apoyado por la creciente clase media exige nuevas inversiones y nuevos terrenos para su desarrollo. Lo que se ha observado en toda la región es cierto “traslado” o sólo “extensión” de las zonas turísticas desde el lado pacifico hacia el Caribe, sobre todo en México, Guatemala, Costa Rica, Honduras y Panamá (Czerny, Czerny 2021^a).

- La expansión hacia la costa caribeña está relacionada también con el desarrollo de cultivos para exportación. Son varios productos agropecuarios que ofrece oda la regional para el mercado global. México, ya desde muchas décadas esta presente en dicho mercado. Son los otros países centroamericanos que hoy día competen en dicho mercado con sus productos ofreciendo entre otros: flores y frutas, como piñas, melones, mangos y
- uvas, así como hortalizas (tomates, guisantes verdes, calabazas y alcachofas). También ha crecido el área de cultivo del plátano, café y cacao. Especialmente el café está ocupando cada vez mas nuevas tierras. Sin embargo, con la verdadera invasión a las tierras protegidas y sistemas naturales amenazados por la expansión de agricultura se puede hablar en el caso de palma africana. Sus plantaciones eliminan áreas naturales en la llanura del Caribe.
- En general, viendo el tema del desarrollo por prisma del cambio del uso del suelo y expansión de la economía y de la población hasta nuevas zonas de desarrollo se puede concluir que el interés por nuevas inversiones en todos sectores económicos y en todos países de la región ha crecido. Nuevas inversiones aparecen en regiones definidas como periféricas. Esto refleja el interés cada vez mayor de parte de los actores globales por los recursos de América Central. En dicha región, la demanda por nuevos recursos (agrícolas y minerales) es la causa de muchos conflictos políticos y sociales hasta ahora no resueltos. Estos conflictos tienen carácter: capital global versus capital local, el interés nacional versus interés político, política local versus nacional, etc. Estos conflictos provocan desplazamientos e intervenciones de grupos armados en diferentes áreas de toda la región (Czerny, Czerny 2021).

Siguiendo con la tesis planteada al principio de este texto de que el patrón de uso del suelo de Centroamérica está adquiriendo un carácter zonal(superficial)-lineal, en lugar del anterior nodo-lineal habría que concluir que:

- La transformación del modelo basa en los procesos de expansión territorial de las actividades económicas, muchas veces agresivas, movidas por el objeto principal de satisfacer la demanda global. Aun que los nodos juegan todavía papeles importantes en la acumulación de inversiones y como centros de las decisiones políticas, sin embargo, los ejes sirven para el proceso de desbordamiento del desarrollo (con sus consecuencias tanto positivas como negativas).

- Un modelo de “islas” o “enclaves” de desarrollo en lo que respecta a las regiones periféricas, heredado de la época colonial, se convirtió en la segunda mitad del siglo XX en un modelo a un modelo nodal-lineal para luego dar paso a un modelo zonal-lineal, como resultado de las fuerzas centrífugas y de una marcada dinámica que caracteriza el crecimiento económico contemporáneo.
- Están surgiendo conflictos en relación con las tierras que constituyen un recurso clave que sustenta el desarrollo económico y la creciente demanda por los productos centroamericanos en los mercados mundiales.
- La creciente demanda por tierras para realizar nuevos proyectos del desarrollo lleva consigo graves problemas medioambientales y sociales, cuyos resultados son la pérdida de biodiversidad, el cambio de la estructura del sistema natural, el crecimiento de desempleo y de la pobreza, desplazamientos y emigraciones hasta otros países, actos de crimen y matanzas a los líderes de las sociedades afectadas por esta estrategia “desarrollista”.

REFERENCIAS

Barkin D., King. T. 1970. Desarrollo económico regional. Enfoque por Cuencas Hidrológicas de México. Siglo XXI Editores, México.

Czerny M. 1994. *Restrukturyzacja przemysłu i rozwój regionalny Meksyku*. CESLA, Warszawa.

Czerny M. 1978. *Przestrzenna organizacja rozwoju społeczno-gospodarczego Meksyku, 1940-1970*. Manuscrito. WGSR, Uniwersytet Warszawski, Warszawa.

Czerny M., Arturo V. R., James S.K., eds. (2009) *Territory and Development – Dilemmas of region's modernity*. WUW, Warszawa.

Czerny M., Czerny A. 2021. *Desarrollo territorial en América del Sur. Estructuras espaciales y disparidades regionales a través del tiempo*. “Boletín de Estudios Geográficos”, No. 114, pp. 9-32, <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/beg/article/view/4738/3465>

Czerny M., Czerny A. 2021a. *Ekstraktywizm jako główna strategia zawłaszczania ziem pod nowe inwestycje. Konflikty społeczne w turystycznym regionie Bahía de Tela w Hondurasie*. „Rozwój Regionalny i Polityka Regionalna”. Vol 54, pp. 73-92, <https://doi.org/10.14746/rrpr.2021.54.05.2021>

Czerny M., Czerny A. 2019. Spatial structure of the economy – the evolution of nodes and networks in South and Central America. *Miscellanea Geographica – regional studies on development*, Vol. 23, No. 4, pp. 1-19

Czerny M., Hoyos Castillo G., eds. 2014. *Suburbanization Versus Peripheral Sustainability of Rural-Urban Areas Fringes*. Nova Science Publishers, New York, p. 242.

Czerny M., Hoyos Castillo G., eds. 2012. *Big Cities in Transition. City of North and South*. Lambert Academic Publishing. Saarbrücken.

Czerny M., Kohlhepp G., eds. (1996) *Reestructuración económica y consecuencias regionales en América Latina*. „Tübinger Geographische Studien” Heft 14.

Czerny M., Lombardo J., eds. (2007) *Procesos, transformaciones y construcción de la ciudad en la era del capitalismo global*. Buenos Aires, Madrid, Varsovia. Instituto del Conurbano – UNGS, Colección Libros de la Universidad, Buenos Aires

Czerny M., Tapia Quevedo J., coord. (2011) *Metropolitan areas in transition*. WUW, Warszawa, s. 326.

Díaz Bolaños R. E. 2019. *El Corredor Seco Centroamericano en perspectiva histórica*. "Anuario de Estudios Centroamericanos", vol. 45, pp. 288-313

Domański R. (2002) *Gospodarka przestrzenna. Podstawy teoretyczne*. Wydawnictwo Naukowe PWN, Warszawa.

Fonseca, E. 2013. *Centroamérica. Su historia*. San José: EUNED.

Fonseca, E. 2005. Historia y ambiente en Centroamérica. GEO Centroamérica. Perspectivas del medio ambiente 2004. México: PNUMA y CCAD, 2005. 11-29.

Gerhard P. 2000. *Geografía histórica de la Nueva España, 1519-1821*. Universidad Nacional Autónoma de México. pp. 10-17.

Kramer, W., Lovell, G. W. y Lutz, Christopher H. 1994. La conquista española de Centroamérica". Historia General de Centroamérica. Tomo II. El régimen colonial (1524-1750). Ed. Julio C. Pinto. San José: FLACSO, Programa Costa Rica, 1994. 21-93.

Lira Cossio, L 2003, *La cuestión regional y local en América Latina*, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), Santiago de Chile.

Reyes Osorio S., Stavenhagen R., Eckstein S., Ballesteros J. 1974. *Estructura agraria y desarrollo agrícola en México, estudio sobre las relaciones entre la tenencia de la tierra y el desarrollo agrícola de México*. Fondo de Cultura Económica, Mexico.


Stöhr W. 1975. Regional development: experiences and prospects in Latin America. The Hague: Mouton


Tapia Quevedo J., Czerny M., eds. (2007) *Territorio y Sociedad. La dimensión de los agentes actuantes*. UAEM, Toluca, México.


Wilhelmy H. Rohmeder W. (1963) *Die La Plata Länder*. Westermann, Braunschweig.

Wilhelmy H., Borsdorf A. (1984, 1985) *Die Städte Südamerikas*. 2 Bände. Gebr. Bornträger, Berlin, Stuttgart.

www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



LAS DETERMINACIONES TERRITORIALES
Y EL DISCURSO DE LA
“SUSTENTABILIDAD”